

Marie de Hennezel. 2001. *Nós Não Nos Despedimos: Uma Reflexão sobre o Fim da Vida*. Tradução de Luís Filipe Sarmiento. Título original: *Nous ne Sommes pas Dit au Revoir: La Dimension Humaine du Débat sur l'Euthanasie*. Paris: Éditions Robert Laffont. 2000. Lisboa: Editorial Notícias. 199 pp. ISBN 972-46-1198-1.

Numa espécie de prefácio – ‘Uma História entre outras’ – Hennezel (H.) permite-nos compreender a origem do título deste seu livro (bem traduzido, tanto quanto foi possível constatá-lo), assim como o motivo principal que presidiu à sua escrita. Em tempos, um médico cuja mulher padecera durante sete anos de cancro dos ossos, contara-lhe como, depois de a mulher não ter tido coragem para se suicidar, acabara por fazer com que ela morresse, numa eutanásia pedida por ela mas não acertada com ela. Por outras palavras, a mulher tinha-lhe pedido que obviasse à sua falta de coragem em matar-se, mas o homem, por sua vez, não teve a coragem suficiente para lhe anunciar o que pretendia fazer, e quando, em relação a esse pedido. E era isso que lhe pesava: ‘Não lhe disse adeus’, ‘nós não nos despedimos’ (p.13; na p.16 do original: ‘Je ne lui ai pas dit au revoir’, ‘Nous ne sommes pas dit au revoir’). Deste modo, H. apresenta-nos, como disse, a origem do título do livro, ao mesmo tempo que introduz a problemática principal que nele vai desenvolver: a questão do que designa de ‘eutanásias clandestinas’, as ‘mortes roubadas’, no sentido, sobretudo, de que os familiares ou as pessoas amigas de quem assim morre ficam impossibilitadas de se despedir dela/e ou de a/o acompanhar até aos últimos momentos.

Aliás, a expressão ‘morte roubada’ (‘mort volée’) será algo recorrente ao longo do livro, enfatizando-se, pelo contrário, a necessidade de valorizar o tempo que ainda há para viver mesmo (sobretudo) quando ele já é pouco, possibilitando à pessoa aceitar e enfrentar a sua mortalidade, num grande ‘respeito do «tempo de morrer», do seu ritmo, da sua lentidão’ (p. 91). Afinal, dirá, trata-se dos ‘nossos últimos momentos, os nossos últimos gestos, os nossos últimos olhares, os nossos últimos sentimentos! Isso não conta?’ (p. 96). Portanto, não obstante o facto de a ênfase ser colocada na morte roubada aos outros – que perdem, assim, a hipótese de nos manifestarem a sua ternura – poder-se-ia dizer que, em simultâneo, se acentua,

embora de uma forma não tão explícita, a morte que nos roubamos ou nos roubam a nós próprios, quer quando escolhemos entrar nela numa suposta ‘precipitação’, suicidando-nos ou pedindo ajuda para morrer, quer quando nos matam sem nós termos disso conhecimento.

É aqui que, sem pretender fazer psicanálise selvagem, se revelará interessante reler certas páginas de um livro anterior da mesma autora, também traduzido em português com *Diálogo com a morte: Os que vão morrer ensinam-nos a viver* (Lisboa: Ed. Notícias, trad., 1997, com prefácio de François Mitterrand). Interessante por três ordens de razões. Em primeiro lugar, porque o próprio título *Nós não nos despedimos* poderá encontrar aí uma razão de ser muito mais intensa e diferente daquela que lhe é atribuída por H. Em segundo lugar, porque essa razão de ser mais intensa poderá fazer compreender melhor o motivo pelo qual a obra agora em análise coloca tanta ênfase na morte roubada aos outros, como se houvesse um dever, por parte de quem morre, de manter até ao fim a sua relação com os outros ou, pelo menos, a possibilidade dessa relação. Em terceiro lugar, porque essa mesma razão poderá fazer compreender que uma psicóloga de formação psicanalítica (linha jungiana) como H. não se tenha apercebido por si própria do perigo do que ela mesma designa de ‘exaltação relacional’ (‘acharnement relationnel’, posto em paralelo com o ‘acharnement thérapeutique’ atribuído ao pessoal médico da área oncológica) perante uma pessoa em sofrimento terminal que quer que lhe abreviem a vida, e que uma mulher moribunda qualificou de ‘exaltação moral’ (cf. pp. 177-80). Neste caso, como confessa, foi só lendo um artigo de um colega médico que se apercebeu da questão, da violência que se pode exercer sobre quem está para morrer, pois ‘Por receio de se passar ao lado do sentido, procura-se onde ele não está’ (p. 177).

Essas poucas páginas a que me refiro de *Diálogo com a morte* têm que ver com o grande choque que representou para H. o suicídio do seu pai de 82 anos com uma arma de fogo (pelo livro, não se consegue perceber quantos anos teria então a própria H.). ‘Morte incompreensível’, escreve (p. 30). Pior ainda, essa morte abrupta do pai fez-lhe carregar ‘o peso e a dor de um desaparecimento, e de não termos podido despedir-nos’ (ibid., itálico meu). Morte repentina que impossibi-

litou ‘Tudo o que eu gostaria de ter dito ao meu pai e que não tive tempo de lhe dizer, os gestos de amor, de gratidão, essa morte que não pude acompanhar certamente tiveram o seu peso na minha escolha, feita alguns anos depois, de me consagrar ao acompanhamento de pessoas no final da vida’ (ibid.). De facto, em *Nós não nos despedimos* dirá que se situa numa cultura e ética do acolhimento (cf. pp. 19 e 107, respectivamente), que seria típica dos cuidados paliativos, onde trabalha há mais de 10 anos. Sete anos depois da morte do pai, precisamente no dia desse aniversário, H. está pregada no leito com uma dupla conjuntivite. Finalmente, chora sem parar o pai de quem não conseguira despedir-se e que não conseguira chorar na altura, não tendo encontrado ninguém que a ajudasse a viver a dor do luto (cf. pp. 86-7).

Perante estas páginas, creio que não será, portanto, um risco dizer que a origem mais profunda do título do livro *Nós não nos despedimos* deriva afinal de uma ‘história’ mais significativa do que aquela para que H. nos remete, ao mesmo tempo que elas nos fazem compreender a tónica colocada na ‘morte roubada aos outros’, pois foi a ela própria que o pai ‘roubou’ a hipótese de se despedir dele e de o acompanhar nos últimos momentos, manifestando-lhe a sua ternura e tentando, desse modo, atenuar a dor da despedida. Por outro lado, repare-se que é ela própria a apresentar a morte do pai como algo para sempre incompreensível, sem razões. Portanto, H. nunca chegou a conhecer o drama do seu pai, apenas conheceu o dela mesma, na dor da separação não ‘negociada’. Talvez por isso mesmo, teve de ser desperta por um outro para os perigos da ‘exaltação relacional’, como se ainda não se tivesse apercebido verdadeiramente de que, em certas circunstâncias, é de uma extrema violência exigir que o outro encontre sentido, quando o único sentido que encontra é o de poder repousar de vez o mais depressa possível, libertando-se, assim, do forte sofrimento, físico e/ou ‘existencial’, que está sempre ao seu lado. Mais ainda, esta problemática relacionada com o pai poderá ajudar a entender o facto de, ao longo de *Nós não nos despedimos*, H. oscilar entre duas posições opostas quanto à possibilidade de a pessoa doente em estado terminal poder ou não vir a aceitar com alguma serenidade o facto de ir morrer.

Por um lado, tem partes em que recrimina a pessoa doente por não se deixar entre-

gar à morte, dizendo que o problema dela é o de tudo pretender dominar, inclusive o sofrimento e a morte, ou de que desconfia exageradamente da capacidade de os outros a acompanharem. Por outro lado, e quase obviamente, reconhece que ‘As condições para uma morte humana são muitíssimo raras hoje em dia’ (p.42) e que é esta arbitrariedade que nos faz temer a morte e desconfiar dos outros. Aliás, o livro está cheio de referências à incapacidade de a maior parte do pessoal médico e de enfermagem lidar satisfatoriamente com a questão da morte, a começar pela má formação em alívio da dor física, mas prolongando-se muito para além deste aspecto. Deste modo, no meu ver naturalmente subjectivo, é como se, numa voz subterrânea, H. continuasse a recriminar o pai por não ter aceite partilhar com ela ou com outros a dor que o fazia pensar no suicídio, mas, ao mesmo tempo, conhecesse e reconhecesse bem de mais a realidade sociológica muito menos subterrânea que nos evidencia ‘A solidão dos que morrem’ ou a ‘grande neutralidade emocional’ dos hospitais, para referir expressões de Norbert Elias utilizadas por H.

Feitas estas observações, quero deixar claro que elas não pretendem desvalorizar o que se encontra escrito em *Nós não nos despedimos*, visando apenas salientar aspectos que não só nos permitam enquadrar melhor certas reflexões da autora, como entender algumas das suas limitações. Além do mais, ainda a propósito das incursões efectuadas na vida privada de H., convém referir que a sua ligação relativamente serena à morte e aos que estão a ponto de morrer parece derivar de experiências marcantes da infância – anteriores, portanto, à morte do pai – quando, de férias em casa da avó, todos os dias os passeios acabavam agradavelmente no bonito cemitério onde se encontrava enterrado o avô e um tio, cemitério de onde, por vezes, se conseguia avistar os Alpes lá ao longe (cf. *Diálogo com a morte*, pp. 28-30).

Na minha perspectiva, o principal mérito da obra de H. é o de evidenciar, de facto, a complexidade da temática da eutanásia e do fim de vida, conseguindo demonstrar a legitimidade de ter dito logo no primeiro capítulo do seu livro que havia um ‘Iceberg eutanásia’. Quer isto dizer, muito resumidamente, que H. se opõe à opinião de Jacques Pohier (e outros) de que ‘a eutanásia é uma solução simples para um problema simples’ (cit. por

H., p. 21). Pelo contrário, penso poder dizer-se que, para ela, a reivindicação da eutanásia remete para um continente muito mais amplo, complexo e pouco debatido, em que se encontram em jogo questões antropológicas, éticas e políticas de longo alcance. Por exemplo: que sentido faz reivindicar-se vivamente o direito à eutanásia sem reivindicar com igual força o direito aos cuidados paliativos? Que possibilidade de escolha se dá, verdadeiramente, a quem padece de doença terminal? Colocando-se numa perspectiva de cuidados paliativos, aqueles em que se trata 'daquilo que há que fazer quando já não há nada a fazer' (cit. na p. 124), partindo-se do princípio de que 'se não se consegue nada contra a doença, consegue-se ainda muito pelo doente' (p. 123), H. está convicta de que ajudar a morrer não é o equivalente de provocar a morte. Mas quando não se pode ter confiança no corpo médico nem na família para nos acompanharem devidamente nos momentos finais, não é, de facto, grande a tentação de pedir que, ao menos, nos ajudem a morrer o mais depressa possível? A este propósito, a narrativa –todo o livro é, aliás, um pulular de narrativas – que uma enfermeira lhe faz sobre o modo como, em determinado hospital, se procedia ao banho das pessoas de idade que ainda podiam levantar-se pode ser qualificada de verdadeiramente tenebrosa, lembrando campos de concentração (cf. pp. 35-7).

Para H., é um paradigma de sociedade que está em causa, assente na eficácia, mas não na afectividade e compaixão, assente no culto da juventude, da beleza, da alegria e da felicidade e criando, por isso mesmo, um tabu em torno da doença, da morte e da mortalidade. Tem-se medo do íntimo, logo, também da morte, escondida na frieza dos hospitais. Por isso, em vez de mudar a lei, no sentido de permitir a eutanásia, propõe antes que se desenvolva a reflexão ética sobre estes assuntos, tanto mais quanto, segundo fontes que refere, a situação de permissividade quanto à eutanásia que se vive na Holanda não teria, afinal, aumentado o poder das pessoas doentes, mas a do pessoal médico, havendo já o receio manifesto por parte de muitas pessoas de serem eutanasiadas nos hospitais contra a sua vontade.

Nestas circunstâncias, é evidente que H. saúda com alegria o facto de, em 9 de Junho de 1999, o Parlamento francês ter votado por unanimidade uma lei legitimando 'o direito

de acesso, para todos, aos cuidados paliativos' (citado na p.166). Para ela, 'uma coisa é certa: a questão da eutanásia não será resolvida enquanto a nossa sociedade não tiver mudado de paradigma. A aflicção humana com o aproximar da morte exige mais do que um domínio técnico dos analgésicos. Ela exige uma verdadeira aproximação pela compaixão' (p.166. A propósito, veja-se no capítulo 5 o caso da jovem enfermeira Christine Malèvre, que foi acusada no Verão de 1998 de ter eutanasiado umas trinta pessoas hospitalizadas em estado terminal).

De qualquer modo, não creio que se possa dizer que H. está radicalmente contra a hipótese da eutanásia. Admitindo haver situações excepcionais e casos que os próprios cuidados paliativos não conseguem resolver (veja-se as situações que lhe são relatadas pelo Dr. Vincent Meininger, pp. 113-16), admite também cautelosamente que poderá haver excepções à regra. No entanto, a sua tendência manifesta é para declinar todos os pedidos feitos por quem, atingido mortalmente por uma doença, pretende que o/a matem, embora seja apologista da não intervenção activa perante quem pretenda matar-se a si próprio/a (veja-se, a propósito, na 'Conclusão', a narrativa sobre a decisão de morrer à fome que a sua sogra tomara, mesmo estando ainda razoavelmente bem de saúde). Por um lado, afirma sempre que um pedido de eutanásia pode, afinal, significar outra coisa: que a dor está a ser mal aliviada, que a pessoa se encontra demasiado sozinha, etc. Por outro, tende a entender que o pedido de eutanásia 'viola' a liberdade de outro ser humano, colocando-lhe sobre os ombros um fardo demasiado pesado que terá de carregar toda a vida, chegando mesmo a insinuar que ninguém poderia ter o direito de exigir essa actuação do seu próximo, pois a esse suposto direito não corresponderia uma obrigação.

Evidentemente, trata-se de uma questão muito discutível, tanto mais quanto H. nunca coloca a hipótese de uma possível lei autorizando a eutanásia salvaguardar o direito de objecção de consciência por parte de elementos do pessoal médico. Perante a posição de H., é claro que nos podemos perguntar se o estado tem a obrigação de providenciar para que alguém me mate, se for esse o meu desejo, no caso de já não ter grande esperança de vida e pretender morrer. No entanto, antes ou ao lado disso, creio que a pergunta

a fazer deveria ser outra: terá o estado legitimidade para proibir que alguém me ajude a morrer se for essa a minha decisão e a decisão de quem se presta a ajudar-me? Mais ainda: donde deriva uma espécie de dever de viver até à última, ou de até à última manter a possibilidade de contacto com outras pessoas e das outras pessoas conosco, que parece ser sempre um implícito do discurso de H. (ver a sua opção pelo ‘sono induzido’ quando a pessoa doente se encontra com uma grande dificuldade em aceitar o seu estado)? Trata-se de questões cujo desenvolvimento não cabe naturalmente no âmbito de uma recensão, mas com que seria interessante confrontar H. Mais fundamentalmente, resta-nos esperar que livros como este, reflexivo, por vezes quase diarístico e sempre mais ou menos perturbador pela densidade das situações humanas para que remete, incentive em Portugal a reflexão em torno das temáticas do fim de vida, contribuindo para que, também aqui, haja pelo menos um direito real aos cuidados paliativos e não uma situação de abandono e solidão daquelas e daqueles que estão para morrer ou irão morrer um dia, como é obviamente o caso de todos/as nós.

Laura Ferreira dos Santos
Universidade do Minho

Zygmunt Bauman & Keith Tester. 2001. *Conversations with Zygmunt Bauman*. Cambridge: Polity Press. 165 pp. ISBN: 0-7456-2664-5.

Zygmunt Bauman, polaco radicado em Inglaterra, é um dos mais interessantes e proeminentes sociólogos contemporâneos. Neste livro, Keith Tester entretém com ele cinco conversas que se propõem relevar as correntes profundas que têm conduzido o seu pensamento, sintetizar e comentar conceitos-chave presentes nos seus livros e reflectir sobre o significado e o impacto da sua vasta obra.

Previamente, na Introdução, Tester faz o enquadramento da postura e da obra de Bauman. Não se trata de uma biografia, porquanto Bauman justamente se recusa a falar de si próprio. Esta recusa é um modo de resistir ao ‘declínio do homem público’ (denunciado por Richard Sennett nos anos 80 em obra com o mesmo título). Para

Bauman, ‘a prática do pensamento social requer que vamos para além das nossas próprias vidas e subordinemos essa história a algo publicamente mais importante’ (p. 5).

A Conversa 1 – ‘Contexto e Horizontes Sociológicos’ – põe-nos a par das bases sociológicas da sua formação intelectual – pouco convencionais e sem qualquer reverência para com os autores clássicos (as várias referências a Durkheim ao longo do livro assumem quase sempre um pendor crítico) – e da apreciação que faz sobre algumas vertentes da sociologia do século XX – o marxismo humanista, o diálogo entre o Ocidente e o Leste nos anos 60, a sociologia americana, a tradição cultural crítica europeia e o comentário a alguns sociólogos e filósofos contemporâneos que considera mais marcantes. De entre os muitos autores citados ao longo do livro, destacuem-se as referências a Ernst Bloch, Cornelius Castoriadis, Mary Douglas, Anthony Giddens, Emmanuel Levinas e Richard Sennett.

A obra de Bauman é marcada por um forte compromisso moral com os que sofrem. A Conversa 2 – ‘Ética e Valores Humanos’ – equaciona social e culturalmente os conceitos de moral, ética, utopia, liberdade, justiça e amor. Bauman ultrapassa o velho dilema sobre a bondade ou maldade da ‘natureza’ humana considerando que é a moralidade o que a caracteriza. Entende a moralidade como uma forma de conhecimento que assume duas vertentes: a experiência do bem e do mal e a consciência de que as coisas podem ser diferentes daquilo que são. Moralidade e ética são coisas distintas – a moralidade é inerente ao ser humano, ao passo que a ética é própria da vida social, entendida esta como uma ‘escolha coordenada’ colectivamente (p. 45). É a realidade socialmente produzida que tem de se justificar eticamente a conduta humana e não o contrário. Neste ponto, subverte a concepção durkheimiana da moral como um produto social e um meio de controlo social, apoiando-se em pesquisas como a de Nechama Tec’s que demonstrou que as pessoas que se deixam tocar pelo sofrimento alheio e se ariscam a si próprias para ajudar os que sofrem provêm de todas as ‘categorias sociais’ (p. 53).

A justiça é outro dos conceitos e preocupações políticas mais fortes em Bauman e tratadas detalhadamente em vários pontos do livro. Considera que o grande desafio actual